



## **CURRÍCULO O COMO PARTE INTEGRANTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**NILVÂNIA DE CÁSSIA PAIXÃO SOUZA**

**BELO HORIZONTE, 2015**

**NILVÂNIA DE CÁSSIA PAIXÃO SOUZA**

**CURRÍCULO O COMO PARTE INTEGRANTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

---

**Prof. Jaqueline, da Silva Figueiredo Pereira -UFMG**

---

**Prof. Dra. Micheli Virginia de Andrade Feital- UFMG**

**BELO HORIZONTE, 2015**

**NILVÂNIA DE CÁSSIA PAIXÃO SOUZA**

**CURRÍCULO O COMO PARTE INTEGRANTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA.**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Jacqueline Pereira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2015**

## **Agradecimentos**

Ao nosso grandioso criador de todas as coisas Deus.

A minha eximia e carinhosa mãe, ao meu amado e carinhoso marido Fabio, aos meus irmãos familiares que me apoiaram, mas esta jornada onde acreditaram que lutar sempre desistir nunca. A minha professora Jacqueline pela dedicação, compreensão e paciência muito lhe agradeço. A todo os educadores que assim como eu lutam e mesmo que caiam levantam e vão atrás de uma educação de qualidade.

## RESUMO

O trabalho proposto tem como objetivo analisar o Currículo educacional e a forma com que o currículo é compreendido e desenvolvido nas instituições escolares. De fato, existe uma pluralidade de definições de currículo na literatura educacional internacional e nacional orientadas por concepções de escola, aluno e educação diversas. Cada uma delas pressupondo valores e concepções diferentes de educação, o mais importante para o professor, gestores escolares e comunidade é compreender o campo de abrangência e de problematização do currículo. SILVA (1996, p. 23) chama a atenção para o fato de que é também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. A pesquisa teve início com análise do Projeto Pedagógico da Escola Municipal Olegário Maciel e análise de autores relacionados com o tema, onde percebe-se que as escolas recebem as propostas curriculares prontas, tendo um município tão vasto, e as diferenças regionais cabíveis cabe as escolas adequar a proposta curricular às necessidades de sua clientela. O grande aprendizado que ficou para a escola foi aprender que para ser democrática é preciso ser flexível, ter a premissa do trabalho coletivo e saber que a mudança é um processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Proposta Curricular; Gestão Democrática; Currículo Escolar

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR NA ESCOLA MUNICIPAL OLEGÁRIO MACIEL.....	14
CONCLUSÃO.....	17
REFERÊNCIAS.....	19
ANEXO.....	21

## INTRODUÇÃO

O trabalho proposto tem como objetivo analisar o Currículo educacional e a forma com que o currículo é compreendido e desenvolvido nas instituições escolares. De fato, existe uma pluralidade de definições de currículo na literatura educacional internacional e nacional orientadas por concepções de escola, aluno e educação diversas. Cada uma delas pressupondo valores e concepções diferentes de educação, o mais importante para o professor, gestores escolares e comunidade é compreender o campo de abrangência e de problematização do currículo. SILVA (1996, p. 23) chama a atenção para o fato de que é também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais.

Durante muitos anos, o currículo escolar teve como principal pressuposto, os conteúdos. Na atualidade, o currículo se tornou mais amplo, englobando não apenas os conteúdos, mas, as práticas pedagógicas, as metodologias de ensino, os objetivos e finalidades da educação, concepção de educando e sociedade e a cultura escolar e do aluno. Gimeno (1998) afirma que.

Não existem ensino nem processo de ensino aprendizagem sem conteúdos de cultura, e é justamente o currículo que ordena esses conteúdos. Por isso, o currículo encontra-se no centro do processo educativo, pois é em torno da transmissão dos conhecimentos (conteúdos de ensino) que gravita a maior parte das práticas pedagógicas. (p. 34).

A pesquisa teve início com análise do Projeto Pedagógico da Escola Municipal Olegário Maciel e análise de autores relacionados com o tema, onde percebe-se que as escolas recebem as propostas curriculares prontas, tendo um município tão vasto, e as diferenças regionais cabíveis cabe as escolas adequar a proposta curricular às necessidades de sua clientela. É o que nos diz SACRISTAN (2000)

As indagações sobre o currículo mostram um primeiro significado; a consciência de que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. São conhecimento e seleção de conhecimento e práticas produzidos em contexto e em dinâmica sociais, políticas e culturais intelectuais e pedagógicas, conhecimento e práticas expostos as novas dinâmicas e reinterpretação em cada contexto histórico. (p. 9)

Portanto, o objetivo deste estudo é compreender como se deu a construção da proposta curricular da Escola Municipal Olegário Maciel. As concepções de currículo envolvidas, os embates, os conflitos, os retrocessos e os avanços.

## REFERÊNCIAL TEÓRICO

Sobre as concepções de currículo e a elaboração da proposta curricular da escola, Arroyo (2013) afirma que

será necessário aprofundar no papel peculiar que o território do conhecimento tem na produção dessas ausências na medida em que o núcleo comum único, se auto define como a compreensão da totalidade do conhecimento e se auto define como a verdade única, suficiente, exclusiva, instaura processo seletivo e segrega dor de outros saberes, racionalidades e de outros processos de produção de saberes e modos de pensar. (p. 143)

As relações entre currículos e poder foram analisadas por Apple (1982). O autor problematiza a relação entre currículo e reprodução cultural e econômica fundamentada em uma abordagem neomarxista. Não existe ensino nem processo de ensino sem conteúdo de culturas e é justamente o currículo que se encontra no centro do processo educativo, pois é em torno da transmissão dos conhecimentos que gravita a maior parte das práticas pedagógicas (APPLE, 1982).

Moreira e Silva (1995), afirmam que o currículo passou a figurar como elemento importante na Educação somente no final do século XIX e se consolidou como elemento aliado na expansão do capitalismo. Nessa linha de raciocínio, o currículo é considerado um artefato social e cultural. Assim, pode-se considerar que o currículo não é um elemento neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares; ele tem uma história, vinculada a formas específicas de organização da sociedade e da educação (MOREIRA, SILVA, 1995. p. 7). O Currículo não é neutro, mas vem carregado de relações de poder, as quais transmitem os interesses daqueles que controlam o poder econômico e político e dos seus elaboradores.

O currículo é uma área contestada (MOREIRA, SILVA, 1995), pois é uma arena política, é um breve mapeamento das questões e temas que continuam centrais na Teoria Crítica e na Sociologia do Currículo os autores organizam em três eixos: ideologia, cultura, poder. No primeiro eixo, é explicitada a relação currículo e ideologia como fator que está ligado as divisões sociais de classe e as relações de poder que articulam essa sociedade então para falar de currículo implica necessariamente levantar a questão da ideologia. No segundo eixo, a ênfase recai na relação currículo e cultura, significa que a ideia de cultura é inseparável da de grupos e classes sociais. E no terceiro eixo, currículo e poder traz resquícios dos dois primeiros eixos apresentados, pois é quando se discute ideologia e cultura nas quais estão presentes a noção das relações de poder implicadas no contexto, o currículo está assim no centro das relações de poder.

É importante ter que a legislação educacional brasileira estabelece a concepção oficial de currículo que as escolas e seus profissionais precisam considerar e que norteiam as diretrizes curriculares nacionais para a educação básica. A Resolução CNE/CEB/4 (BRASIL, 2010), define o currículo como um “conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos [...]”. O currículo passa a ser um dos elementos da operacionalização da educação escolar, junto com o projeto político pedagógico, o sistema de avaliação e o regimento escolar. Juntos formam documentos institucionais que devem viabilizar, na proposta pedagógica, a perspectiva da educação inclusiva, de forma a efetivar o atendimento do público alvo da Educação Especial (item 1.2 deste texto), que é transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2010).

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010, o currículo é entendido como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as

identidades dos estudantes. Para haver este entendimento, é necessário o diálogo, pois, sempre vão haver diferenças e divergências, uma vez que Apple (1982) estabeleceu que o currículo é um campo no qual as relações de poder se fazem presentes e são constituintes do processo.

A legislação brasileira recomenda que cabe às escolas organizarem-se para realizar as adequações necessárias no currículo de forma a atender às demandas, necessidades, anseios e aspectos culturais da comunidade atendida. O ato de flexibilizar seria um convite ao diálogo, à contraposição a ideias, uma oportunidade de praticar o acolhimento ao outro e de superar preconceitos na busca pelo consenso. No entanto, estabelecer o diálogo na construção da proposta curricular nas escolas, no processo de construção do Projeto Político Pedagógico, não é um processo fácil. A busca pelo consenso, a abertura ao diálogo e a mobilização das comunidades interna e externa cabem ao gestor escolar. É preciso que o gestor escolar atue como mediador entre os diversos segmentos escolares, pais, alunos, professores, poder público de forma a construir uma proposta curricular que atenda às demandas da comunidade, a legislação e que promova uma aprendizagem significativa.

## **A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR NA ESCOLA MUNICIPAL OLEGÁRIO MACIEL**

Na Escola Municipal Olegário Maciel, busca-se trabalhar o currículo que atenda às necessidades do educando, a fim de suplantar as desigualdades sociais. Além disso, durante o processo de construção da proposta curricular não se perdeu de vista os princípios da educação brasileira estabelecidos da Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394 de 20/12/96 sendo eles:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão

democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Segundo Oyafuso e Maia (1998, p. 65), o projeto pedagógico trata-se do “componente do Plano Escolar que define o que ensinar e o que aprender”, tomando como “eixo central deste plano, porque tem como objetivo principal o processo ensino-aprendizagem”. Outro aspecto importante sobre o projeto político-pedagógico refere-se Pimenta (1995): é o trabalho, a participação e reflexão coletiva. Tal concepção permite uma leitura da escola não só como reprodutora das relações sociais, mas também, do seu papel na produção e transformação dessa mesma sociedade. Para a Escola Municipal Olegário Maciel, o projeto político pedagógico é um processo permanente de reflexão e discussão sobre os problemas da escola, que possibilita a vivência democrática, já que conta com a participação de todos os membros da comunidade escolar. Ele busca organizar o trabalho pedagógico, superando conflitos no interior da escola e diminuindo os efeitos da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

A construção do projeto político pedagógico exige bastante dos seus participantes, e é necessária a articulação dos diferentes segmentos que compõem a comunidade escolar. Na conciliação entre os diversos interesses existentes no âmbito escolar encontramos o gestor que age enquanto mediador no processo de interlocução entre os diferentes segmentos que compõem a escola. De acordo com Vasconcelos (2002, p.210) “é o projeto que vai articular, no interior da escola, a tensa vivência da descentralização e através disto permitir o dialogo consistente e fecundo com a comunidade, e mesmo com os órgãos dirigentes. ”

Não foi um processo fácil, envolveu muitos debates, mediações e sensibilização das comunidades interna e externa de forma a construir uma proposta pedagógica que fosse significativa e que estabelecesse instrumentos e mecanismos de promoção, consolidação e aperfeiçoamento constante. As dificuldades iniciais estavam relacionadas à mobilização das comunidades internas e externas, não só para a

elaboração da proposta pedagógica da escola, mas, para a construção do PPP da escola.

Uma das estratégias adotadas pela escola foi o fortalecimento dos conselhos escolares. A LDB, no seu Art. 14, afirma que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I-participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Então deu-se primeiro, a constituição e fortalecimento dos conselhos escolares que propiciou a tomada de decisões de forma coletiva na escola. Foi preciso definir com clareza sobre o que compete aos pais e à comunidade decidir, para que não sejam confundidas as atribuições da escola, da família e da comunidade.

A gestão da escola organizou várias reuniões em horários que foram estabelecidos e decididos conjuntamente para garantir a participação da grande maioria em todas as etapas e fases de construção do PPP, principalmente, a construção da proposta pedagógica da escola. Com dito anteriormente, muitos foram os conflitos e impasses, entre eles, articular as necessidades da comunidade e atender à legislação educacional; a compreensão do que vem a ser currículo e qual a concepção de currículo a ser adotada pela escola; domínio da concepção curricular centrada no educando e no desenvolvimento de habilidades e competências.

O grande aprendizado que ficou para a escola foi aprender que para ser democrática é preciso ser flexível, ter a premissa do trabalho coletivo e saber que a mudança é um processo. Trhurler (2003) afirma que a mudança é a arte de ‘conciliar liberdade e restrição, continuidade e ruptura, diversidade e coerência.’ ”

## CONCLUSÃO

A escola tem como papel fundamental a conscientização do homem para o exercício e qualificação profissional. E isso ocorre sem depender das mudanças sofridas no transcorrer da história. No entanto, não se pode utilizá-la de maneira única, pois a mesma é objeto de transformação social, uma vez que esta sistematizada, assim sendo é de extrema importância para o processo de redirecionamento de ações educativas que se aproximem da realidade. Não será suficiente incorporar os conhecimentos produzidos em análises de fora esses processos, mas incorporar os saberes que acumulam eles mesmos de dentro como sujeitos de resistência e de lutas por seus direitos. Carregam desde crianças um acúmulo de indagações que esperam respostas desde a educação infantil.

A proposta pedagógica cabe destacar as dimensões formadoras desses processos de afirmação, que identidades positivas constroem valores, que domínios, que estratégias para um justo viver que exercícios de liberdade de participação. Aprender a ser um ser social em um determinado ambiente aprender sobre si mesmo como pessoa, que diz respeito a viver sem hábitos ou aprendizagens rotineiras, a romper com as prescrições predeterminadas do currículo, a voltar-se para a definição, apropriação e narrativa contínua de seu próprio currículo, que pode transformar nossas instituições educacionais e fazê-las cumprir sua antiga promessa de ajudar a mudar o futuro social dos seus alunos. Como parâmetro a visão de mundo de sociedade e de educação que se acredita que pensar e viver o currículo depende fundamentalmente das nossas concepções acerca do mesmo. Não basta mudar prática isoladas e desconectadas no cenário educacional, é de fundamental importância a reflexão estudo e discussões nos fóruns educacionais escolas e

universidades das questões inerentes a tudo que envolve e remete esta temática. Chega de superficialidades O que todos desejamos é a conscientização de educadores, gestores, administradores e docentes de que currículo é vida escolar e esta se faz com intencionalidades claras buscando parcerias com a coletividade onde cada segmento da comunidade educativa tem sua opinião e o direito de expressá-la com o intento de construir um projeto político pedagógico, um currículo que contemple os sonhos e as necessidades de todos, independente de sua localização geográfica pois o currículo é questão central do projeto ensino aprendizagem e, portanto, é o objeto por excelência da pedagógica.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, 2013.

BRASIL. SECRETARIA de EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares Nacionais**: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ secretaria de Educação fundamental- Brasília: MEC/ SEE, 1997 126p.

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: dez de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: Mai. 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf /qualidade da\\_educacao.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf /qualidade da_educacao.pdf) . Acesso em 06/01/2015.

MINISTERIO da EDUCAÇÃO . **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96.

MOREIRA, Antonio Flavio; SILVA Tomas Tadeu Da. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995

SACRISTAN, J. Gimeno. **O currículo**: Uma reflexao sobre a pratica. trad. Ernani.. da F. Rosa- 3 ed- Porto alegre; artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval, **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA  
ESCOLA MUNICIPAL “OLEGÁRIO MACIEL”  
ESMERALDAS – MG**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O IMPACTO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR NO DESEMPENHO  
EDUCACIONAL**

**SÉRGIO LOPES DE QUEIROZ**

**BELO HORIZONTE, 2014**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O IMPACTO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR NO DESEMPENHO  
EDUCACIONAL**

Trabalho apresentado como requisito necessário  
para a conclusão do Curso de Pós Graduação em  
Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas  
Gerais (UFMG), sob orientação da Professora

**BELO HORIZONTE, 2014**

## **RESUMO**

Não se pode pensar em uma instituição de ensino e em educação de qualidade, sem os requisitos básicos necessários para que o ato de educar seja promovido. Para que a educação aconteça é imprescindível um ambiente escolar com uma infraestrutura capaz de promovê-lo, através de um padrão mínimo de qualidade. Este estudo aborda uma pesquisa referente à infraestrutura considerada necessária para o bom desenvolvimento do desempenho educacional, fato este que abrange resultados abaixo do esperado, por causa da defasagem de alguns insumos básicos que interferem no bom funcionamento de algumas instituições de ensino em nosso país, afetando assim a qualidade da educação. A infraestrutura escolar é um dos muitos fatores que impactam a qualidade educacional e o desempenho dos alunos, por isso é preciso atentar-se para a necessidade de um maior envolvimento das lideranças de ensino em buscar meios para tornar as políticas públicas mais eficientes, com a determinação de proporcionar as mudanças necessárias a este cenário. A análise mostra que em Minas Gerais, em algumas escolas, as condições mínimas exigidas estão sendo cumpridas, mas muitas não conseguem atender a todas essas condições, estando a Escola Municipal “Olegário Maciel” incluída na falta de alguns destes requisitos indispensáveis para a qualidade do desempenho educacional dos alunos.

Palavras-chave: Processo ensino - aprendizagem - infraestrutura escolar - desempenho educacional.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1. O IMPACTO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR NO DESEMPENHO EDUCACIONAL.....	05
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS.....	15
ANEXO.....	16

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar os impactos que a infraestrutura escolar pode causar na qualidade da educação, pois o ambiente físico da escola é um dos fatores que interfere no desenvolvimento educacional, influenciando no desempenho dos educandos. Muitas escolas no Brasil não conseguem alcançar os padrões mínimos exigidos, em termos de infraestrutura, para que possam proporcionar uma educação de qualidade a seus alunos.

Nesta abordagem, dando ênfase à infraestrutura da Escola Municipal “Olegário Maciel” é possível observar atualmente, através da atuação de uma gestão democrática e participativa, como a escola encontra-se bem equipada, possuindo uma infraestrutura em termos de equipamentos, capaz de atender sua clientela, com profissionais capacitados e comprometidos com o trabalho, embora necessite de adequações físicas para suprir suas necessidades, pois a escola não possui hoje uma sala apropriada para atender aos alunos do Programa Mais Educação, que iniciaram as atividades sem o espaço adequado, nem banheiros adaptados ou área coberta para a recreação, sala e banheiro para professores e funcionários, bem como a escassez de água, pois utiliza cisternas que são insuficientes à sua demanda e esgoto apropriado, sendo este escoado para a fossa, entre outros.

Por se tratar de uma escola de pequeno porte, localizada em zona rural e com uma pequena clientela, algumas situações ficam restritas a questões burocráticas que dificultam alguns benefícios, entre eles a existência de telefone fixo e internet. Essas questões poderiam interferir diretamente no processo de ensino aprendizagem e na qualidade da educação dos alunos da Escola Municipal “Olegário Maciel”, mas a atuação da gestão de forma democrática e participativa, acrescida do comprometimento e empenho dos profissionais envolvidos no processo educacional e a presença da comunidade, colaboram para que essa realidade seja menos agressiva.

Algumas exigências mínimas são necessárias para o funcionamento das instituições de ensino, sendo a existência destes insumos, um dos determinantes para a qualificação da escola e seu desempenho educacional. Estudos mostram que a existência ou falta de alguns desses requisitos básicos interferem no resultado e na avaliação dos alunos, sendo que, esperasse que quanto mais bem equipada, localizada e estruturada a escola estiver, melhores sejam os seus resultados.

Por ser a Escola Municipal “Olegário Maciel”, uma unidade de pequeno porte, localizada em zona rural, com uma demanda mínima de alunos e a uma grande distância da sede do Município da Cidade de Esmeraldas, essa realidade esbarra em questões burocráticas que desfavorecem algumas práticas que poderiam viabilizar a melhoria na infraestrutura, favorecendo a eficácia escolar. Por sua localização de difícil acesso e a falta de transporte público a maioria dos profissionais que atuam na escola tem que se deslocar de grandes distâncias ou de outro município, no caso o de Sete Lagoas, em transporte próprio, para desenvolverem os trabalhos, por falta de pessoal qualificado, na comunidade rural onde a escola está inserida.

## **1. O IMPACTO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR NO DESEMPENHO EDUCACIONAL**

Muitos fatores são determinantes para a efetivação na qualidade da educação de uma instituição de ensino, como as condições socioeconômicas, a qualidade do ensino oferecido, o mobiliário escolar, uma alimentação de qualidade, à formação de professores, o material didático, a comunidade onde a escola está inserida, as práticas pedagógicas oferecidas em detrimento ao currículo escolar e a infraestrutura, pois são estas, entre outras, as bases que irão influenciar direta ou indiretamente, nas condições para o bom desempenho dos estudantes no processo educacional.

Soares Neto, Jesus, Karino e Andrade (2013), descrevem que:

Promover a educação requer a garantia de um ambiente com condições para que a aprendizagem possa ocorrer. É importante proporcionar um ambiente físico, aqui denominado infraestrutura escolar, que estimule e viabilize o aprendizado, além de favorecer as interações humanas. (SOARES NETO, JESUS, KARINO E ANDRADE, 2013, p. 1).

**Na Constituição Federal (1988), consta em seu art. 206, que:**

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 34).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB prevê a garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino definidos como insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

Muitas questões devem ser observadas, quando nos referimos à qualidade da educação, sendo que, muitos fatores podem influenciar neste processo, entre eles a clientela a ser atendida, a localização da unidade escolar, a classe econômica das famílias e o nível de escolaridade, a pedagogia adotada pela instituição educacional, a infraestrutura do estabelecimento de ensino, entre outros.

Sátyro e Soares (2007) descrevem que:

Vários indicadores educacionais apontam a existência de problemas associados à qualidade da educação no país. A proporção de alunos com desempenho escolar inadequado é grande. Apesar da quase universalização do acesso ao ensino fundamental ser uma conquista significativa e meritória de comemoração, o ensino aos quais estes jovens têm acesso sofre de sérios problemas. Pouco mais da metade dos alunos conclui o ensino fundamental. Apenas 40% de jovens

entre 15 e 17 anos frequenta o ensino médio e outra parcela expressiva ainda permanece no ensino fundamental, agravando a defasagem escolar no último nível da educação básica. Essa é parte de uma longa listagem de indícios de falhas do sistema educacional em sua missão de educar e que ainda são muitos os alunos que pouco aprende e progridem lentamente ou abandonam a escola. (SÁTYRO E SOARES, 2007, p.11).

Outro fato relevante é que as unidades escolares precisam oferecer a seus profissionais da educação um suporte institucional eficiente para que estes possam desenvolver o seu trabalho, da melhor forma possível. Para que isso aconteça, entre estes vários fatores que são apontados ao se tratar da qualidade do ensino, a infraestrutura escolar, torna-se um dos que pode influenciar direta ou indiretamente na eficácia escolar.

Segundo Soares Neto, Jesus, Karino e Andrade (2013), 24 itens são utilizados para a construção da escala de infraestrutura das escolas de educação básica brasileira, entre eles:

Água consumida pelos alunos, abastecimento de água, abastecimento de energia elétrica, esgoto sanitário, sala de diretoria, sala de professor, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de atendimento especial, quadra de esportes coberta/descoberta, cozinha, biblioteca, parque infantil, berçário, sanitário fora ou dentro do prédio, sanitário para educação infantil, sanitário para deficientes físicos, dependências para deficientes físicos, TV, DVD, copiadora, impressora, computadores e Internet. (SOARES NETO, JESUS, KARINO E ANDRADE, 2013, p. 8).

Soares Neto, Jesus, Karino e Andrade (2013), destacam quatro níveis de infraestrutura estabelecidos como elementar, básico, adequado e avançado, onde especificam que:

Infraestrutura escolar elementar: estão neste nível escolas que possuem somente aspectos de infraestrutura elementares para o funcionamento de uma escola, tais como água, sanitário, energia, esgoto e cozinha. Infraestrutura escolar básica: além dos itens presentes no nível anterior, neste nível as escolas já possuem uma infraestrutura básica, típica de unidades escolares. Em geral, elas possuem: sala de diretoria e equipamentos como TV, DVD, computadores e impressora. Infraestrutura escolar adequada: além dos itens presentes nos níveis anteriores, às escolas deste nível, em geral, possuem uma infraestrutura mais completa, o que permite um ambiente mais propício para o ensino e aprendizagem. Essas escolas possuem, por exemplo, espaços como sala de professores, biblioteca, laboratório de informática e sanitário para educação infantil. Há também espaços que permitem o convívio social e o

desenvolvimento motor, tais como quadra esportiva e parque infantil. Além disso, são escolas que possuem equipamentos complementares, como copiadora e acesso a internet. Infraestrutura escolar avançada: as escolas neste nível, além dos itens presentes nos níveis anteriores, possuem uma infraestrutura escolar mais robusta e mais próxima do ideal, com a presença de laboratório de ciências e dependências adequadas para atender a estudantes com necessidades especiais. (SOARES NETO, JESUS, KARINO E ANDRADE, 2013, p. 13).

Um ambiente propício para o desenvolvimento das atividades educacionais é o ideal para que o aluno possa ter um melhor desempenho escolar. Para isso, algumas questões relacionadas à infraestrutura das escolas são primordiais, como os 24 itens que constroem a escala de infraestrutura das escolas de educação básica brasileira e os quatro níveis de infraestrutura.

Entre os itens citados é preciso mencionar a necessidade de salas de aula bem equipadas, ventiladas, com mobiliário e espaço físico adequado para a quantidade de alunos existentes, proporcionando assim, melhor qualidade para o processo de ensino aprendizagem, mas sabemos que muitas escolas estão longe de alcançarem o padrão ideal. Outro fato relevante é o espaço físico oferecido pelas dependências das escolas que acaba se tornando insuficiente para atender à demanda crescente de alunos que procuram vagas nas escolas que não comportam a quantidade de procura em detrimento às vagas que pode ofertar.

Muitas escolas possuem construções antigas e ainda não conseguiram adequar sua infraestrutura, sendo que muitos banheiros não oferecem as condições necessárias para o uso dos alunos, principalmente os que utilizam a escola em tempo integral, sendo que alguns destes, não são adaptados para atender às crianças da educação infantil e muito menos aos estudantes portadores de necessidades especiais.

Muitas são as questões que envolvem a infraestrutura das escolas, fato este que interfere na qualidade do ensino e no desempenho escolar dos alunos, bem como a adequação à acessibilidade que é um requisito necessário para a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Na Escola Municipal “Olegário Maciel” desenvolve-se um trabalho com ênfase na formação integral dos alunos, procurando oferecer-lhes um ensino de qualidade, buscando estabelecer condições e estímulos para favorecer aos estudantes um bom desempenho educacional, mas muitas vezes algumas questões desfavorecem algumas escolas, principalmente as de pequeno porte, muitas dessas localizadas na zona rural, como é o caso da escola em questão.

Referenciando Marri e Racchumi (2012), constatamos que:

De acordo com o Censo Escolar, 2010, o Estado de Minas Gerais é constituído por 853 municípios e 17.514 estabelecimentos de ensino em todas as redes, representando 9% do total de estabelecimentos de ensino existentes no Brasil. Considerando a rede estadual é a segunda maior do país e possui 3.794 escolas em atividade, já o conjunto das redes municipais, com 7.200 escolas em atividade, é a quinta maior do país. Trinta e cinco por cento das escolas do ensino fundamental e médio são estaduais, ao passo que 65% das matrículas, são da rede estadual. Os dados de infraestrutura indicam que as redes estadual e municipal de Minas Gerais estão próximas de assegurar a existência de condições mínimas em todas as escolas. Apenas 5,4% (214) das escolas estaduais e 7% (418) das escolas municipais examinadas neste trabalho ainda não possuem pelo menos uma das condições mínimas. Das 214 escolas da rede estadual nessa situação, 63 estão localizadas no meio rural. Nos municípios, 86% de 478 escolas municipais que não possuem pelo menos uma das condições mínimas estão localizadas no meio rural. (MARRI E RACCHUMI, 2012, p. 5-6).

A Escola Municipal "Olegário Maciel" em sua infraestrutura física possui três salas de aula permanentes, dois banheiros de uso dos alunos e funcionários, uma pequena diretoria que também funciona como secretaria, uma biblioteca que é utilizada para todos os fins, como sala de apoio, vídeo, pesquisa, leitura, planejamento, atendimento aos alunos do Programa Mais Educação, entre outros, uma pequena cozinha com depósito de mantimentos, um depósito de matérias, um refeitório, pátio e campo.

Em geral, as salas de aula da Escola Municipal “Olegário Maciel” são bem equipadas com lousa e armário, ventilador, mesas e cadeiras para professores e alunos. A cantina com fogão, geladeira, freezer, liquidificador, prateleira, micro-ondas, forno e utensílios como panelas, pratos, copos, garfos e colheres. A diretoria/secretaria está equipada com armário, arquivos, mesas, cadeiras, aparelho de som, ventilador, computador e impressora. A biblioteca com um

mine acervo bibliográfico, material didático pedagógico, televisor com parabólica e aparelho de DVD, computador, impressora, ventilador, prateleiras, mesas e cadeiras, armário e arquivo. Ainda constituem-se aos bens da escola, bebedouros, mesas e bancos do refeitório, escada, cortador de grama, bombas de cisterna e micro system.

Em termos de equipamentos, hoje a Escola Municipal “Olegário Maciel” possui uma infraestrutura capaz de atender as suas necessidades em detrimento à sua demanda, mas em termos de infraestrutura escolar, algumas adequações são necessárias, como a construção de uma sala para professores e banheiro para funcionários, sala para atendimento dos alunos do Programa Mais Educação, área coberta para recreação, telefone fixo e internet, ampliação e adequação dos banheiros dos alunos, ampliação da cozinha e da diretoria, que funciona também como secretaria e estruturação do fornecimento de água e esgoto.

Soares Neto, Jesus, Karino e Andrade (2013), relatam que:

Há um percentual alto de escolas que não possuem requisitos básicos de infraestrutura, como sala de diretoria, sala de professor e biblioteca. Assim, fica transparente a necessidade de políticas públicas que visem a diminuir as discrepâncias e promover condições escolares mínimas para que a aprendizagem possa ocorrer em um ambiente escolar mais favorável. (SOARES NETO, JESUS, KARINO E ANDRADE, 2013, p. 20).

A Escola Municipal “Olegário Maciel” funciona em prédio próprio, atendendo aos alunos da Educação Infantil (1º e 2º período) aos do 1º ao 5º Ano, das séries iniciais do Ensino Fundamental, com um sistema de ensino organizado em séries, com processo de transição para o sistema de ciclos, onde o regimento está sendo reestruturado, sendo algumas séries multisseriadas, dependendo da quantidade de alunos.

Marri e Racchumi (2012) descrevem que:

As condições mínimas referem-se a um conjunto de elementos de infraestrutura cuja presença é indispensável em qualquer escola, independentemente do seu tamanho, nível de ensino e localização,

são elas: sanitário (dentro ou fora do prédio) eletricidade (rede pública, gerador ou outros), água filtrada para consumo dos alunos; abastecimento de água (de rede pública, poço artesiano, cacimba, cisterna e poço, ou rio/igarapé/riacho ou córrego), esgoto sanitário (de rede pública ou fossa) e cozinha. (MARRI E RACCHUMI, 2012, p. 5).

O quadro da escola é composto atualmente por doze funcionários, sendo destes, sete do corpo docente e cinco do administrativo. Entre o nível de formação dos profissionais, encontram-se quatro com curso superior completo, três com superior em curso, dois com ensino médio e três com o ensino fundamental.

Marri e Racchumi (2012) destacam que:

As condições básicas são adicionais às condições mínimas e aumentam a capacidade da escola de integrar-se à comunidade, de comunicar-se com o mundo e de realizar, com efetividade, o trabalho educativo. Essas condições constituem um modesto conjunto de exigências abaixo do qual se torna difícil alimentar a expectativa de bom desempenho das escolas e do sistema de ensino. São elas: quadra de esportes (para escolas que apresentam mais de 300 matrículas); acesso à internet; sala diretor ou sala de professor; biblioteca ou sala de leitura; laboratório de ciências ou de informática. (MARRI E RACCHUMI, 2012, p. 5).

A Escola Municipal “Olegário Maciel” possuiu a Caixa Escolar denominada Caixa Escolar “Olegário Maciel”, com o CNPJ de nº 07.508.601/0001 – 59, criada em 2005, recebendo recursos FNDE/PDDE – que auxiliam na sua manutenção e organização estrutural e financeira. Somado a outros aspectos, as questões financeiras contribuem para a qualidade da educação e permitem a manutenção da infraestrutura da instituição de ensino.

Diante desta afirmação, referendamos Dourado, Oliveira e Santos (2009), onde nos descrevem que:

Estudos, avaliações e pesquisas mostram que a Qualidade da Educação é um fenômeno complexo, abrangente e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, e muito menos, pode ser apreendido sem tais insumos. Estes documentos ressaltam, ainda, a complexidade da Qualidade da Educação bem como a sua mediação por fatores e

dimensões extraescolares, bem como intraescolares. (DOURADO, OLIVEIRA E SANTOS, 2009, p. 6).

É possível observar as múltiplas dimensões que interferem no ambiente escolar, formando todas elas um conjunto de ações que vão determinar a qualidade dos objetivos que se pretendem alcançar.

Muitos são os problemas enfrentados pelas instituições de ensino que comprometem a aprendizagem dos alunos, dando ênfase na infraestrutura escolar, Marri e Racchumi (2012), descrevem que:

Na rede estadual o principal problema identificado é a ausência de cozinha em 83 das 214 escolas, seguido de ausência de água filtrada em 74. Nas redes municipais, o principal problema identificado é a falta de esgotamento sanitário em 214 das 482 escolas. (MARRI E RACCHUMI, 2012, p. 6).

De acordo com os dados acima citados é possível observar a realidade das escolas estaduais com a falta de cozinha em algumas escolas e a falta de água filtrada em outras, quanto às escolas municipais o principal problema concentra-se na falta de esgotamento sanitário em algumas escolas, sendo preciso ressaltar que a maioria das escolas, localizadas na zona rural não contam com este serviço.

No ano de 2013 a Escola Municipal “Olegário Maciel” foi contemplada com recursos para o desenvolvimento das atividades do Programa Mais Educação do FNDE/PDDE – Escola Integral que muito contribui para o desempenho educacional dos alunos, embora seja a escola desprovida estruturalmente de espaço físico e condições ideais para o desenvolvimento do projeto.

Referenciando Cavaliere (2007), a autora descreve que:

Caso se considere que preparar indivíduos para a vida democrática nas sociedades complexas é função da escola, o tempo integral pode ser um grande aliado, desde que as instituições tenham as condições necessárias para que em seu interior ocorram experiências de compartilhamento e reflexão. Para isso, além de definições curriculares compatíveis, toda uma infraestrutura precisa ser preparada do ponto de vista de espaços, dos profissionais e da organização do tempo. Numa escola de tempo integral, as atividades

ligadas às necessidades ordinárias da vida (alimentação, higiene, saúde), à cultura, à arte, ao lazer, à organização coletiva, à tomada de decisões, são potencializadas e adquirem uma dimensão educativa. Diferentemente, a rotina otimizada e esvaziada de opções em uma escola em turno parcial, imediatamente centrada nos conteúdos escolares, dificilmente pode propiciar esse tipo de vivência. Nesse sentido, ou seja, entendendo-se mais tempo como oportunidade de outra qualidade de experiência escolar, é que a escola de tempo integral pode trazer alguma novidade ao sistema educacional brasileiro. (CAVALIERE, 2007, p. 8 - 9).

O espaço físico da Escola Municipal “Olegário Maciel” não possui as condições adequadas para este atendimento, pois no turno matutino os alunos desenvolvem as atividades na biblioteca e no turno vespertino em uma das salas que fica ociosa neste período. A cantina não oferece espaço suficiente e as cantineiras têm que se desdobrarem para atender aos alunos com a merenda e as três refeições para os educandos do programa, associado à limpeza e organização da escola, isso somado à falta de chuveiro e à precariedade dos banheiros que não possuem espaço suficiente para o uso de todos da escola, acrescido ao processo de escovação.

Sátyro e Soares (2007) destacam que:

Ou seja, não resta dúvida de que a educação no campo conta com condições materiais muito inferiores à educação nas cidades, estejam ou não estas em zonas metropolitanas. Sendo todos os resultados educacionais na zona rural muito inferior aos das zonas urbanas, uma hipótese que estes dados levantam é que parte do atraso educacional nas zonas rurais se deve às condições materiais de ensino precárias. A necessidade de investigação nas relações entre infraestrutura e insumos no campo é, acreditamos o primeiro resultado desta pesquisa. (SÁTYRO E SOARES, 2007, p.39).

Outro agravante é a água que é fornecida por cisternas, que não possuem a quantidade suficiente para um número maior de usuários e a fossa que necessita de um esgotamento frequente por causa do aumento do esgoto acarretado pelo acréscimo de alunos atendidos em Tempo Integral.

Em relação à infraestrutura da Escola Municipal “Olegário Maciel” o maior agravante é a falta de uma área coberta para a recreação e o desenvolvimento das atividades extraclasse, ficando os alunos expostos ao sol ou sem a recreação desejada por causa das chuvas, mas o fato de a escola sempre ter

possuído tão pouco, supera todos esses obstáculos e torna a conquista mais prazerosa.

Em seu texto, Marri e Racchumi (2012), descrevem que:

A situação é bem diferente quando se trata de avaliar como as escolas estão em relação às condições básicas de trabalho, que incluem os itens de quadra, acesso à internet, sala de professor ou diretor, biblioteca ou sala de leitura, e laboratório (de ciências ou informática). Das 3.794 escolas estaduais, 1.929 (51%) não possuem pelo menos uma das condições básicas e estão distribuídas por 607 municípios e, em 1.444 dessas escolas falta apenas um item para que elas atendam todos os requisitos. No caso dos municípios, o desafio é bem maior: o percentual de escolas municipais que não possuem pelo menos um dos itens de condição básica alcança 82%. Em termos absolutos, são 5.902 escolas distribuídas por 813 municípios. Em segundo lugar, existe um número muito grande de escolas (3.803) em que faltam 3 ou 4 itens para que elas tenham todas as condições básicas aqui contempladas. (MARRI E RACCHUMI, 2012, p. 7).

Observa-se que de uma forma geral, muitas escolas ainda estão muito a quem dos requisitos básicos de infraestrutura necessária para um bom funcionamento. É preciso que haja uma maior atenção e posicionamento dos agentes envolvidos na área da educação para que as políticas públicas possam de fato desempenhar o seu papel em prol de uma educação verdadeiramente de qualidade. Desta forma é possível constatar que as condições mínimas de infraestrutura são necessárias para o desenvolvimento escolar, pois sem elas essa qualidade torna-se muito remota.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Muitos são os estudos que buscam analisar alguns fatores que podem influenciar no desempenho educacional. Entre estes, consta-se a infraestrutura da escola em relação a seu espaço físico, sua organização, disciplina, questões socioeconômicas e culturais, corpo docente e discente, alimentação, localização geográfica, a comunidade onde a escola está inserida, mobiliário escolar entre outros.

Neste trabalho foi possível visualizar alguns dados que constataam pelo Censo Escolar a realidade de algumas escolas sobre a existência de itens mínimos necessários para que as instituições de ensino possam garantir uma educação de qualidade a seus alunos.

Analizamos também algumas questões relacionadas à infraestrutura das escolas que são primordiais para fornecerem um ambiente propício ao desenvolvimento das atividades educacionais para que o aluno possa ter um melhor desempenho escolar, entre eles os 24 itens que constroem a escala de infraestrutura das escolas de educação básica brasileira e os quatro níveis de infraestrutura estabelecidos como elementar, básico, adequado e avançado.

Analisando a infraestrutura da Escola Municipal “Olegário Maciel”, levando-se em consideração sua equipe e clientela, a comunidade rural onde a escola está inserida, todas as pessoas envolvidas no processo de ensino aprendizagem, uma gestão democrática e participativa, com todos os equipamentos adquiridos é possível constatar que em termos materiais a unidade escolar preenche os requisitos básicos para oferecer uma educação de qualidade a seus alunos.

Mas, por outro lado, fazendo um levantamento sobre a estrutura física da escola, levando em consideração que ela foi construída para atender uma demanda de mais ou menos 40 alunos em classes multisseriadas e que hoje possui uma média de 60 alunos, acrescidos pela Educação Infantil e mais 30 alunos atendidos pelo Programa Mais Educação, que permanecem na escola em Tempo Integral, sem que nenhuma alteração ou adaptação fosse realizada em seu espaço física é possível constatar que uma reforma faz-se necessária para que o trabalho possa ser desenvolvido de forma a proporcionar maior qualidade para o desempenho educacional dos alunos que participam deste processo.

Em síntese é possível constatar que a infraestrutura das escolas é um requisito básico e imprescindível para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, pois seria contraditório pensar em uma educação de qualidade

se os espaços escolares não apresentarem condições mínimas que favoreçam o desempenho educacional de seus alunos.

## REFERÊNCIAS

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em 06/01/2015.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade\\_da\\_educacao.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf). Acesso em 06/01/2015.

MARRI, Izabel; RACCHUMI, Julio. **Infraestrutura escolar e desempenho educacional em Minas Gerais: possíveis associações**. “Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012”.

SÁTYRO, Natália; SOARES Sergei. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental**: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005. Brasília, abril de 2007.

SOARES NETO, Joaquim José; JESUS, Girlene Ribeiro; KARINO, Camila Akemi; ANDRADE, Dalton Francisco. **Uma escala para medir a infraestrutura escolar**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013.

SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília – 2013. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988\\_05.10.1988/con1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.pdf). Acesso em 06/01/2015.

## **ANEXO**

### **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL “OLEGÁRIO MACIEL” ESMERALDAS – MG**